

Id:05D5106D1A06B037

**EDITAL Nº 004/2025****CONVOCAÇÃO, PARA POSSE, DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO**

O Sr. JOCILER ARAÚJO BRITO, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Almeida, nos termos do disposto nos Arts. 73 - IX e 85 - II da Lei Orgânica do Município; Título 4, Itens 12.8; 15.3; 15.4 do Edital nº 003/2025, de 06/06/2025,

**RESOLVE:**

**Art. 1º - CONVOCAR PARA POSSE**, os candidatos abaixo indicados, **APROVADOS/CLASSIFICADOS** no Concurso Público objeto do **EDITAL nº 001/2025**, de 06/06/2025, tendo em vista o **RESULTADO FINAL**, bem como a publicação do **DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO nº 07/2025**, de 03/11/2025:

**CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Nº DE VAGAS: 01.

- **WALÉRIA MARTINS LEAL NOGUEIRA** – Inscrição nº 138.**CARGO: MOTORISTA**

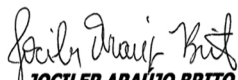
Nº DE VAGAS: 01.

- **ROGÉRIO DINIZ DA COSTA E SILVA** – Inscrição nº 1806.

**Art. 2º** - Os candidatos ora convocados deverão comparecer à **CERIMONIA DE POSSE**, a realizar-se a partir das 10:00 (dez) horas do dia **05 de janeiro de 2025**, no Auditório da Câmara Municipal, localizada à Praça Agostinho Varão, Centro.

**Art. 3º** - O presente EDITAL entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Antônio Almeida, em 31 de dezembro de 2025.


  
**JOCILER ARAÚJO BRITO**  
 Presidente da Câmara Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se:


  
**Aldiane Maria da Silva Magalhães Costa**  
 Secretária da Câmara Municipal


Numerado, registrado e publicado o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA POSSE**, no mural existente no hall de entrada e no "site" da Câmara Municipal nesta data; no jornal "DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS".


  
**JOCILER ARAÚJO BRITO**  
 Presidente da Câmara Municipal
**ICP  
Brasil****Carimbo  
do Tempo**

Certificação digital que mostra o horário exato da publicação, tal como sua inalterabilidade e legitimidade.


  
**Instituto  
Verificador de  
Comunicação**

Com Auditoria diária de tudo que é publicado, mostramos seriedade e transparência com os atos públicos.

\*Estamos de acordo com a Instrução Normativa TCE/PI 003-18



www.diariooficialdosmunicipios.org

**ISSN****ISSN  
International  
Standard  
Serial Number**

Seguimos os padrões Internacionais de Publicação. Com Registro próprio na edição digital e impressa.

Id:089B9B5DD51AAEF1



**PREFEITURA DE  
REDENÇÃO DO  
GURGUEIA**  
 Nossa terra, nossa gente, nossas riquezas!

Lei Nº 480 / 2025

Redenção do Gurgueia-PI, 17 de dezembro de 2025

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Redenção do Gurgueia - Estado do Piauí  
 Faço saber que a Câmara Municipal de Redenção do Gurgueia (PI) aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do município de Redenção do Gurgueia - PI, para o **exercício financeiro de 2026**, nos termos do art. 165, § 2º da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, da lei nº 4.320/64, e nos termos da lei complementar federal nº 101/2000, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II. As diretrizes gerais e específicas para elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações;
- III. A organização e estrutura dos orçamentos;
- IV. Disposições relativas à dívida municipal e a captação de recursos;
- V. Disposições sobre o orçamento fiscal e da seguridade social;
- VI. As disposições relativas as despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII. As disposições sobre alterações tributárias do município e medidas para o incremento da receita, para o exercício correspondente;
- VIII. No orçamento o valor da receita será igual ao valor da despesa, e integrará a essa lei o anexo I de metas fiscais e o anexo II de riscos fiscais, na forma do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

**Parágrafo Único** – As diretrizes aqui estabelecidas ajudarão na elaboração da Lei Orçamentária Anual do município, relativa ao referido exercício financeiro, se fará necessária e oportuna a atualização das metas fixadas neste instrumento de planejamento a fim de compatibilizá-las no momento do envio do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2026.

**CAPÍTULO II**

(Continua na próxima página)



## PREFEITURA DE REDENÇÃO DO GURGUEIA

Nossa terra, nossa gente, nossas riquezas!

### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 2º.** As prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2026 serão fixadas em consonância com o art. 4º da Lei Complementar 101/00, bem como em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, a serem detalhadas na programação orçamentária para o **Exercício Financeiro de 2026:**

- I. Austeridade na utilização dos recursos públicos;
- II. A prestação de serviços educacionais de qualidade;
- III. A garantia de serviços de atenção e prevenção da saúde e saneamento básico;
- IV. A promoção da cultura, esporte, lazer e turismo;
- V. A assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente;
- VI. A geração de emprego e renda através de cursos que qualifiquem a mão de obra local e da garantia de crédito;
- VII. A habitação e o urbanismo – Habitação popular e infraestrutura urbana e rural;
- VIII. A promoção da agricultura e do abastecimento;
- IX. Recuperação e preservação do meio ambiente;
- X. O planejamento das ações municipais com vistas à racionalização, eficiência, efetividade e eficácia.

**Parágrafo Único** - na elaboração do projeto de lei do PPA (plano plurianual) e da proposta orçamentária para 2026, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesas orçadas com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, significando dizer que as metas estabelecidas não constituem limite à programação de despesa.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

##### SEÇÃO I

##### DAS DIRETRIZES GERAIS

**Art. 3º.** A Lei Orçamentária Anual do município de Redenção do Gurgueia relativo ao exercício financeiro de 2026, obedecerá às diretrizes gerais e específicas de que trata este capítulo, consubstanciadas no texto desta lei.

**Art. 4º.** Os valores da receita e da despesa serão orçados e fixados respectivamente com base nos seguintes fatores:

- I. Execução orçamentária dos últimos três exercícios (Demonstrativo III - metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores);
- II. Arrecadação efetiva dos últimos três exercícios, bem como o comportamento da arrecadação no primeiro trimestre de 2025, considerando-se, ainda, a tendência para os quadrimestres seguintes;
- III. Alterações na legislação tributária (Demonstrativo VII - estimativa e compensação da renúncia de receita);
- IV. Expansão ou economia nos serviços públicos realizados pela municipalidade;



## PREFEITURA DE REDENÇÃO DO GURGUEIA

Nossa terra, nossa gente, nossas riquezas!

- V. Indicadores inflacionários e econômicos correntes e os previstos com base na análise da conjuntura econômica do país e da política fiscal do governo federal;
- VI. Metas de melhoria de gestão e diminuição de perdas de arrecadação a serem desenvolvidas;
- VII. Índice de participação do município na distribuição do ICMS, fixado para 2025 e, se estiver apurado, o provisório para 2026;
- VIII. Projeção da taxa de crescimento econômico para o ano de 2025;
- IX. Outros fatores que possam influir significativamente no comportamento da arrecadação no ano de 2024, desde que devidamente embasados.

**Art. 5º.** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2026 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

**Art. 6º.** A Lei Orçamentária Anual poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2026/2029, que tenha sido objeto de projetos de leis específicas.

**Art. 7º.** A elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2026 abrangerá os poderes legislativo e executivo do município, seus fundos, autarquias e entidades da administração direta e indireta, assim como a execução obedecerá às diretrizes estabelecidas nesta lei.

**Art. 8º.** As receitas serão estimadas e as despesas fixadas, tendo como base à execução orçamentária observada no período de janeiro a junho de 2025, observando-se:

- I. Os valores orçamentários na forma do disposto neste artigo poderão, ainda, ser corrigidos durante a execução orçamentária por critérios que vierem a ser estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.
- II. Os programas e projetos em fase de execução, desde que reavaliados à luz das prioridades estabelecidas nesta lei, terão preferência sobre novos projetos.
- III. A Lei Orçamentária Anual observará, na estimativa da receita e na fixação de despesa, os efeitos econômicos decorrentes da ação governamental.
- IV. A manutenção de atividades existentes terá prioridade sobre as ações de expansão.
- V. Os recursos ordinários do tesouro municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, o serviço da dívida e outras despesas com o custeio administrativo e operacional.
- VI. O município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita proveniente de impostos e das transferências de recursos deles decorrentes na manutenção e desenvolvimento do ensino, em cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, ficando asseguradas dotações orçamentárias próprias para o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, na forma do art. 60 da ADCT e da lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, esta última regulamentada pelos Decretos Federais nº 6.253 de 13/11/2007, 6.278 de 29/11/2007 e 6.571 de 17/09/2008, e revogada pela Lei nº 14.113 de 25 dezembro de 2020 e posteriores alterações.



## PREFEITURA DE REDENÇÃO DO GURGUEIA

Nossa terra, nossa gente, nossas riquezas!

- VII. A aplicação de no mínimo 15% (quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde da receita proveniente de impostos e das transferências de recursos, cumprirá ao disposto na lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.
- VIII. Constará da proposta orçamentária o produto das operações de crédito autorizado pelo legislativo, com destinação e vinculação ao projeto específico.
- IX. Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e observadas às metas programáticas setoriais constantes na presente lei.
- X. Todas as despesas relativas à dívida pública municipal constarão da Lei Orçamentária, compreendendo juros, amortizações e outros encargos.
- XI. Será estabelecido a reserva de contingência, em até 2%, cuja forma de utilização e montante, estará definida com base na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Parágrafo Único:** na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada para sua finalidade, o saldo poderá ser utilizado para amparar a abertura de créditos adicionais por meio de decreto do Poder Executivo, nos termos do art. 40 e 41 da lei federal nº 4.320/64, sem onerar a margem de suplementação orçamentária por decreto a ser autorizada em artigo específico na Lei Orçamentária Anual, relativa ao exercício de 2026.

**Art. 9º.** As despesas à conta de investimentos em regime de execução especial, somente serão permitidas para projetos ou atividades novas decorrente de calamidade pública declarada pelo município, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

**Art. 10º.** Em cumprimento ao disposto na alínea “f” do inciso I do art. 4º da lei complementar federal – LRF nº 101, de 04 de maio de 2000;

Fica o Poder Executivo autorizado a:

- § 1º - Efetuar despesas de custeio de competência de outros entes da federação, inclusive instituições públicas vinculadas à Redenção do Gurgueia, ao Estado ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante convênio, ajustes ou congêneres.
- § 2º - Nas realizações das ações de sua competência, o município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante convênio, ajustes ou congêneres, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestações de contas.

**Parágrafo Único.** As contrapartidas financeiras de convênios, acordos e/ou empréstimo, em qualquer caso serão estabelecidas de modo compatível com a capacidade do município.



## PREFEITURA DE REDENÇÃO DO GURGUEIA

Nossa terra, nossa gente, nossas riquezas!

### SEÇÃO II DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS

**Art. 11.** O orçamento anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por lei, compreendendo seus órgãos, fundos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo município.

**§ 1º.** O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminado:

- 1 - Pessoal e encargos sociais;
- 2 - Juros e encargos da dívida interna;
- 3 - Outras despesas correntes;
- 4 - Investimentos;
- 5 - Inversões financeiras, nelas incluídas quaisquer despesas com constituição ou aumento de capital de empresas;
- 6 - Amortização da dívida.

**§ 2º.** A categoria de programação de que trata este artigo será identificada por projetos e atividades, tituladas individualmente e com indicação sucinta de metas que caracterizam o produto esperado da ação pública.

**§ 3º.** No projeto de Lei Orçamentária Anual será atribuído a cada projeto e atividade, sem prejuízo das codificações funcionais programáticas adotadas num código numérico sequencial.

**§ 4º.** A modalidade de aplicação dos recursos será expressa através de códigos indicadores com a seguinte tipologia, podendo ser alterada para atender a conveniência da execução orçamentária:

- I. Transferências intragovernamentais a entidades não integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social (15);
- II. Transferências à Redenção do Gurgueia (20);
- III. Transferências a estados e ao distrito federal (30);
- IV. Transferências a municípios (40);
- V. Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos (50);
- VI. Transferências a instituições privadas com fins lucrativos (60);
- VII. Aplicações diretas - administração municipal (90).

**Art. 12** - As operações de crédito por antecipação da receita, contratados pelo município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício em que forem contratadas.

**Art. 13** - A proposta orçamentária do poder legislativo será encaminhada ao executivo até 31 de agosto de 2025, para serem incluídos na proposta orçamentária do município.

(Continua na próxima página)





## PREFEITURA DE REDEENÇÃO DO GURGUEIA

Nossa terra, nossa gente, nossas riquezas!

**Parágrafo Único** – Para efeito do disposto na Lei Orgânica do Município, ficam estipulados os limites para elaboração da proposta orçamentária do legislativo:

- I. O total das despesas do poder legislativo municipal, incluído os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme art. 29-A, Inciso I da Constituição Federal (E.C nº 58/2009).
- II. As despesas com pessoal incluindo gastos com subsídios dos vereadores deverão observar o disposto no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal (E.C nº 25/2000).

### CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

**Art. 14** - Acompanharão o projeto de Lei Orçamentária Anual:

- I. Demonstrativo das receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, apresentado de forma sintética e agregada, evidenciando déficit ou superávit e o total de cada um dos orçamentos;
- II. Demonstrativo das receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social; bem como do conjunto dos dois orçamentos, segundo as categorias e subcategorias econômicas;
- III. Quadro-resumo das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos;
  - a) Por classificação institucional;
  - b) Por função;
  - c) Por sub função;
  - d) Por programa;
  - e) Por grupo de despesa;
  - f) Por modalidade de aplicação;
  - g) Por elemento de despesa.
- IV. Demonstrativo dos recursos destinados à manutenção do ensino fundamental, do ensino infantil e do desenvolvimento do ensino;
- V. Demonstrativo dos investimentos consolidados nos 03 (três) orçamentos do município;
- VI. Demonstrativo da despesa por grupo de despesa e fonte de recursos identificando os valores em cada um dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em termo global e por órgãos;
- VII. As tabelas explicativas de que trata o art. 22, inciso III, letras a, b e c, sobre a evolução da receita, letras d, e, e f sobre a evolução da despesa, conforme a Lei nº 4.320/64.



## PREFEITURA DE REDEENÇÃO DO GURGUEIA

Nossa terra, nossa gente, nossas riquezas!

### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA MUNICIPAL

**Art. 15** - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no plano plurianual, a ser incluída na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas de operações de crédito.

**Art. 16** - O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir na composição total da receita, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no Art. 167, inciso III da Constituição Federal.

**Art. 17** - A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação da receita, desde que observado o disposto no art. 38, da lei complementar nº 101/2000.

**Art. 18** - As despesas com o serviço da dívida de município deverão considerar apenas as operações contratadas e as propriedades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta da Lei Orçamentária Anual.

### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**Art. 19** - O orçamento fiscal obedecerá obrigatoriamente aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.

**Art. 20** - O orçamento fiscal do município abrangerá todas as receitas e despesas do Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades e bem assim do poder legislativo.

**Parágrafo Único** - Serão excluídos do orçamento fiscal os órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento da seguridade social.

**Art. 21** - O orçamento da seguridade social abrangerá as ações governamentais dos poderes, órgãos e fundos da administração direta, vinculadas a áreas de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao definido na lei dos fundos de saúde e assistência social e da Lei Orgânica do município.

**Art. 22** - O orçamento de investimento previsto na Lei Orgânica do município detalhará individualmente por categoria de programação e natureza da despesa as aplicações destinadas às despesas de capital, constantes da presente lei.

**Art. 23** - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder abono aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, nos termos dos art. 26º da Lei Federal nº 14.113/2020,



## PREFEITURA DE REDEENÇÃO DO GURGUEIA

Nossa terra, nossa gente, nossas riquezas!

e alterações posteriores pela Lei nº 14.276, observando as condições estipuladas no art. 169, § 1º, incisos I e II da Constituição da República.

### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

**Art. 24** - As despesas com pessoal da administração direta e indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida; sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o poder legislativo, atendendo ao disposto no inciso III, §§ 1º e 2º do art. 19 e inciso III, § 1º do art. 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como ao disposto no art. 182 da Constituição Estadual e na Lei Orgânica do município.

**§ 1º.** A verificação dos cumprimentos dos limites estabelecidos nos supramencionados arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, será realizada ao final de cada quadrimestre, salvo a municípios em conformidade ao Art.63 da referida Lei fica facultado divulgar semestralmente, desde que tenham cumprido os limites legais em exercício anterior.

**§ 2º.** Entendem-se como receita corrente líquida para efeitos de limites do presente artigo, o somatório das receitas correntes da administração direta e indireta, excluídas as receitas relativas à contribuição dos servidores para custeio do sistema de previdência e assistência social, conforme inciso IV, letra c do art. 2º da lei complementar nº 101 de 04.05.2000.

**§ 3º.** O limite estabelecido para despesas de pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da administração direta e indireta, nas seguintes despesas:

- I – Salários (vencimentos e vantagens fixas e variáveis);
- II – Obrigações patronais (encargos sociais);
- III – Proventos de aposentadorias, reformas e pensões;
- IV – Subsídios do prefeito e vice-prefeito;
- V – Subsídios dos vereadores;
- VI – Outras despesas de pessoal.

**§ 4º.** A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão, a qualquer título, pelo órgão ou entidades da administração direta, autarquias e fundações, só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício e obedecerão ao limite do **caput** deste artigo.

**§ 5º.** Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

**§ 6º.** O pagamento de precatório judicial deverá obedecer aos preceitos e regras capituladas na emenda constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017 e na lei municipal correspondente, tendo em vista a capacidade financeira do município.

**Art. 25** - Fica autorizada a concessão de ajuda financeira a entidades sem fins lucrativos reconhecida de utilidade pública; às pessoas físico-carentes, mediante processo interno, nas áreas de educação, saúde e assistência social.



## PREFEITURA DE REDEENÇÃO DO GURGUEIA

Nossa terra, nossa gente, nossas riquezas!

**§ 1º.** Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo, dos planos de aplicação apresentados pelas entidades beneficiadas.

**§ 2º.** Os prazos para a prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do plano de aplicação, não podendo ultrapassar aos 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.

**§ 3º.** Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo executivo municipal.

### SEÇÃO I DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O REPASSE PARA A CÂMARA

**Art. 26** - A liberação de recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas às despesas do poder legislativo municipal ocorrerá conforme o disposto na E.C. nº 58/2009.

**Parágrafo Único.** O Poder Executivo repassará ao Poder Legislativo, até o dia 20 (vinte) de cada mês, 7% (sete por cento) de sua receita efetiva, relativa ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, da constituição federal, efetivamente realizada no exercício anterior, excluindo-se os valores de convênios, alienações de bens, fundo especial e operações de crédito, desde que aprovado por lei específica tomando este poder independente. Devendo ainda ser observado o cumprimento do Art. 29 -A, §2º, Inciso I, II e III da CF/88.

**Art. 27** - o Poder Executivo fica autorizado a descontar na parcela do repasse mensal do duodécimo ao poder legislativo, os débitos previdenciários com INSS do exercício corrente, e de exercício imediatamente anterior ao atual não pagos até seu vencimento e ainda parcelamentos motivados por inadimplência de exercícios anteriores, não pagos pelo legislativo até o seu vencimento e debitados em cota do FPM, sendo em casos de parcelamentos previdenciários firmados pelo executivo junto a RFB devido a personalidade jurídica para tal ato, acerca de débitos oriundos do poder legislativo será formalizado com termo de acordo entre os poderes.

### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO.

**Art. 28** - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base tributária e consequentemente aumento das receitas próprias.

**Art. 29** - O prefeito municipal encaminhará à câmara propostas de alterações na legislação tributária, verificada a necessidade ou conveniência administrativa, visando a:

- I. Adequação das alíquotas dos tributos municipais;
- II. Priorização dos tributos diretos;
- III. Aplicação da justiça fiscal;

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA DE  
REDENÇÃO DO  
GURGUEIA**  
Nossa terra, nossa gente, nossas riquezas!

- IV. Atualização das taxas;  
V. Reformulação dos procedimentos necessários a cobrança dos tributos municipais.

**Art. 30 -** O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa atendidas as exigências do art. 14 da LC nº 101/2000.

**Parágrafo Único.** Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no **caput**, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesa em valor equivalente.

**Art. 31 -** O incremento da receita tributária deverá ser buscado mediante o aperfeiçoamento da legislação específica, a constante atualização do cadastro dos contribuintes e execução permanente de programas de fiscalização.

**CAPÍTULO IX  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 32 -** O Poder Executivo enviará até o dia 30 (trinta) de setembro de 2025 em consonância a Constituição do Estado do Piauí art. 13, inciso II do ADCT, o projeto de Lei Orçamentária à câmara municipal, que apreciará até a última sessão legislativa do semestre, devolvendo-o a seguir para sanção.

**Parágrafo Único.** Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado até 15 de dezembro de 2025, fica o poder legislativo municipal autorizado a adotar a Lei Orçamentária em vigor como proposta orçamentária, nos termos do parágrafo único do art. 34 da constituição estadual.

**Art. 33 -** Deverá ser utilizada a classificação orçamentária da receita pública conforme portaria Interministerial nº 05 de 25 de agosto de 2015 e portaria nº 764 de 15 de setembro de 2017 e despesa pública na forma da portaria STN/SOF nº 840 de 21 de dezembro de 2016 e portaria STN/SOF nº 02 de 22 de dezembro de 2017 e ainda conforme 10ª Edição do Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público (MCASP), que compõem todas as alterações que constituem o novo ementário de classificação das despesas públicas, e a portaria MOG nº 42 de 14/04/99, que atualiza a discriminação por função de governo, que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º e, § 2º, do art. 8º, ambos da lei 4.320/64, Portaria Interministerial nº 163 de 04/05/01 e portaria MF nº 184 de 25/08/2008, que visa conduzir a contabilidade do setor público brasileiro aos padrões internacionais e ampliar a transparência sobre as contas públicas.

**Parágrafo Único -** conforme o disposto na portaria SOF/SEPLAN nº 42, de 14 de abril de 1999, os programas serão identificados, mediante a criação de codificação com 04 dígitos de numeração sequencial.

**Art. 34 -** A Lei Orçamentária será sancionada até 31 de dezembro de 2025, facultado o acompanhamento do quadro de detalhamento de despesa - QDD, especificando por órgão, os projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos com valores devidamente atualizados, caso este ocorra, fica obrigado o executivo a publicação por ato de decreto municipal no dia 01 de janeiro de 2026, do quadro de detalhamento, caso este, não tenha sido encaminhado junto ao projeto de LOA.



**PREFEITURA DE  
REDENÇÃO DO  
GURGUEIA**  
Nossa terra, nossa gente, nossas riquezas!

**§ 1º -** As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesas, observados os limites e autorizações fixadas na Lei Orçamentária.

**I -** Os projetos de Lei Orçamentários Anuais e de créditos adicionais, bem como suas propostas de modificações referidas na Lei Orgânica do Município, serão apresentados com a forma e o detalhamento de despesas estabelecidas nesta lei.

**II -** Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária Anual serão acompanhados, na sua publicação, da especificação das dotações neles contidos e das fontes de recursos que os atenderão.

**§ 2º -** Fica autorizada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, de uma fonte de aplicação para outra ou de um órgão para outro.

**Art. 35 -** Efetuar com estrita observância a emissão de relatórios e demonstrativos em cumprimento de prazos, limites de aplicação de recursos de conformidade com as disposições do art. 63 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

**Art. 36 -** Em cumprimento ao disposto na alínea "e" do inciso I do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF nº 101/2000, a alocação dos recursos da Lei Orçamentária será feita de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas do governo municipal.

**Parágrafo Único -** a avaliação dos resultados obtidos em cada órgão, dos programas financiados com recursos orçamentários que integram a execução do orçamento, conforme dispõe o art. 4º, I, alínea "a" da LRF, deverá ser procedida pelo Poder Executivo em cada bimestre, ficando a unidade do controle interno responsável pela apreciação dos relatórios, adotando as medidas para o cumprimento das metas bimestrais, que acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante o exercício financeiro de 2026.

**Art. 37 -** Fica o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizado a realizar concurso público ou processo seletivo para preenchimento de vagas e cargos no âmbito da administração municipal, desde que não venham a ultrapassar o limite prudencial dos gastos com pessoal, elencados no art. 24 da presente lei.

- I. Existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher; e  
II. Houver dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;  
III. Para atender as necessidades temporárias da administração, em face do interesse público.

**Art. 38 -** O disposto no § 1º do art. 18, da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa com pessoal, independentemente da aplicação ou validade dos contratos.

**Parágrafo Único.** Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do **caput**, os contratos de terceirização, relativas à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- I. Sejam acessórios, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;  
II. Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário; ou sejam relativas a cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente;  
III. Não caracterizem relação direta de emprego.



**PREFEITURA DE  
REDENÇÃO DO  
GURGUEIA**  
Nossa terra, nossa gente, nossas riquezas!

**Art. 39 -** A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras e oficiais de fomento.

**Art. 40 -** Caso seja necessário à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, em conformidade com alínea "b" inciso 1 do artigo 4º da LRF nº 101, de 04/05/2000, para atingir as metas fiscais previstas no anexo de metas fiscais desta Lei Orçamentária, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes inversões financeiras" de cada poder, aos trinta dias subsequentes.

**Art. 41 -** Caso o projeto da Lei Orçamentária de 2026 não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2025, a programação dele constante como atividades de manutenção poderá ser executado até a edição da respectiva lei orçamentária na forma originalmente encaminhada a câmara legislativa, excetuados os investimentos em novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do tesouro municipal.

**Art. 42 -** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Redenção do Gurgueia, aos 17 de dezembro de 2025.

*(Assinatura)*

ARLEI  
FIGUEIREDO  
BORGES:019484563  
48456303

**Arlei Figueiredo Borges**  
Prefeito Municipal de Redenção do Gurgueia - PI



**PREFEITURA DE  
REDENÇÃO DO  
GURGUEIA**  
Nossa terra, nossa gente, nossas riquezas!

**ANEXO II - RISCOS FISCAIS**

*Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências*

(Art. 4º, § 3º, da LC nº 101, de 04/05/2000)

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deva conter o anexo de riscos fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas quando da elaboração do orçamento anual.

Riscos fiscais são a possibilidade de ocorrência de eventos, que, por incertos, podem causar impacto negativo nas receitas públicas e são classificados em dois grupos: *riscos orçamentários* e *riscos decorrentes da gestão da dívida*.

Os riscos orçamentários referem-se à frustração de arrecadação, a restituição de tributos não prevista ou prevista a menor, diminuição da atividade econômica e situações de calamidade pública, dentre outros.

Os riscos de gestão da dívida referem-se a ocorrências externas à administração, tais como variação da taxa de câmbio e de juros que afetem as obrigações vincendas.

Desse modo, sopesados as possíveis ocorrências, estimou-se um risco de aproximadamente **R\$ 500.000,00** (Quinhentos mil reais) para o **exercício financeiro de 2026**, conforme demonstrativo que segue.

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Assistência a Epidemias	50.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	300.000,00
Demandas judiciais	200.000,00		
Outros Passivos Contingentes	50.000,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>300.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>300.000,00</b>
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Frustração de Arrecadação	150.000,00	Limitação de empenhos	150.000,00
Outros Riscos Fiscais	50.000,00		50.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>200.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>200.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>500.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>500.000,00</b>

ARLEI FIGUEIREDO  
BORGES:019484563  
03

**Arlei Figueiredo Borges**  
Prefeito Municipal de Redenção do Gurgueia - PI

(Continua na próxima página)





## PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA - PI

 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 METAS ANUAIS  
 2026

AMF - DEMONSTRATIVO I (LRF, ART. 4º, INCISO 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB)x100	% RCL (A/RCL)x100	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (B/PIB)x100	% RCL (B/RCL)x100	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (C/PIB)x100	% RCL (C/RCL)x100
<b>Receita Total</b>	75.647.000,00	22.249.117,65	0,151%	141,677%	76.403.470,00	22.471.608,82	0,153%	143,094%	77.167.504,70	22.696.324,91	0,0015	144,525%
<b>Receitas Primárias (I)</b>	74.448.764,08	21.896.695,32	0,149%	139,433%	75.193.251,72	22.115.662,27	0,150%	140,827%	75.945.184,24	22.336.818,89	0,0015	142,236%
Receitas Primárias Correntes	63.641.895,39	18.718.204,53	0,127%	119,193%	64.278.314,35	18.905.386,57	0,128%	120,385%	64.921.097,49	19.094.440,44	0,0013	121,589%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.900.867,54	1.441.431,63	0,010%	9,179%	4.949.876,22	1.455.845,95	0,010%	9,270%	4.999.374,98	1.470.404,41	0,0001	9,363%
Transferências Correntes	55.156.408,52	16.222.473,39	0,110%	103,301%	55.707.973,61	16.384.698,12	0,111%	104,334%	56.266.053,35	16.548.545,10	0,0011	105,377%
Demaís Receitas Primárias Correntes	3.584.618,33	1.054.299,51	0,007%	6,714%	3.620.464,52	1.064.842,51	0,007%	6,781%	3.656.669,16	1.075.490,93	0,0001	6,848%
Receitas Primárias de Capital	10.806.868,69	3.178.490,79	0,022%	20,240%	10.914.937,37	3.210.275,70	0,022%	20,442%	11.024.086,75	3.242.378,45	0,0002	20,647%
<b>Despesa Total</b>	75.647.000,00	22.249.117,65	0,151%	141,677%	76.403.470,00	22.471.608,82	0,153%	143,094%	77.167.504,70	22.696.324,91	0,0015	144,525%
<b>Despesas Primárias (II)</b>	73.030.260,15	21.479.488,28	0,146%	136,776%	73.760.562,75	21.694.283,16	0,147%	138,144%	74.498.168,37	21.911.225,99	0,0015	139,525%
Despesas Primárias Correntes	49.980.159,17	14.700.046,82	0,100%	93,806%	50.479.960,76	14.847.047,28	0,101%	94,542%	50.984.760,37	14.995.517,76	0,0010	95,488%
Pessoal e Encargos Sociais	30.395.190,32	8.939.753,03	0,061%	56,928%	30.699.111,82	9.029.150,56	0,061%	57,495%	31.006.103,04	9.119.442,07	0,0006	58,070%
Outras Despesas Correntes	19.584.968,86	5.760.293,78	0,039%	36,880%	19.780.848,84	5.817.896,72	0,040%	37,047%	19.978.657,33	5.876.075,69	0,0004	37,417%
Despesas Primárias de Capital	23.050.100,97	6.779.441,46	0,046%	43,170%	23.280.601,98	6.847.235,88	0,047%	43,602%	23.513.408,00	6.915.708,24	0,0005	44,038%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	0,000%	0,000%	-	-	0,000%	0,000%	-	-	-	0,000%
<b>Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)</b>	1.418.503,93	417.207,04	0,003%	2,857%	1.432.888,97	421.379,11	0,003%	2,883%	1.447.015,86	425.592,90	0,0000	2,710%
<b>Divida Pública Consolidada (DC)</b>	(2.071.653,31)	- 609.309,80	-0,004%	-3,880%	(3.574.395,63)	(1.051.292,83)	-0,007%	-6,894%	(3.610.139,59)	(1.061.805,76)	(0,0001)	-6,761%
<b>Divida Consolidada Líquida (DCL)</b>	(5.049.709,08)	- 1.485.208,55	-0,010%	-9,457%	(6.552.451,40)	(1.927.191,59)	-0,013%	-12,272%	(6.617.975,92)	(1.946.463,50)	(0,0001)	-12,396%
<b>Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha</b>	1.487.863,69	437.606,97	0,003%	2,787%	1.502.742,32	441.983,04	0,003%	2,814%	1.517.769,75	446.402,87	0,0000	2,843%

FONTE: SISTEMA(MDF 14\*), FONTE: Balanço Consolidado 2022, 2023 e 2024, UNIDADE RESPONSÁVEL(SETOR CONTÁBIL), DATA DA EMISSÃO (29/04/2025) E HORA DE EMISSÃO (08:00)

 ARLEI FIGUEIREDO  
 BORGES:019484563  
 303  
 ARLEI FIGUEIREDO BORGES  
 PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA - PI

13



## PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA - PI

 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
 2026

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	(A)Metas Previstas em 2024	% PIB	% RCL	(B)Metas Realizadas em 2024	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
<b>Receita Total</b>	67.850.000,00	0,136	1,27	57.575.770,58	0,115	1,08	(10.274.229,42)	-15,143%
<b>Receitas Primárias (I)</b>	66.762.037,44	0,133	1,25	52.462.206,80	0,105	0,98	(14.299.830,64)	-21,419%
<b>Despesa Total</b>	67.850.000,00	0,136	1,27	54.801.721,49	0,110	1,03	(13.048.278,51)	-19,231%
<b>Despesas Primárias (II)</b>	67.258.090,39	0,134	1,26	54.426.554,41	0,109	1,02	(12.831.535,98)	-19,078%
<b>Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)</b>	(496.052,95)	(0,001)	- 0,01	(1.964.347,61)	(0,004)	- 0,04	(1.468.294,66)	295,996%
<b>Divida Pública Consolidada (DC)</b>	1.444.008,06	0,003	0,03	872.367,77	0,002	0,02	(571.640,29)	-39,587%
<b>Divida Consolidada Líquida (DCL)</b>	(484.787,22)	(0,001)	- 0,01	(1.549.527,62)	(0,003)	- 0,03	(1.064.740,40)	219,630%
<b>Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha</b>	(433.090,20)	(0,001)	- 0,01	(372.393,42)	(0,001)	- 0,01	60.696,78	-14,015%

FONTE: SISTEMA(MDF 14\*), FONTE: Balanço Consolidado 2022, 2023 e 2024, UNIDADE RESPONSÁVEL(SETOR CONTÁBIL), DATA DA EMISSÃO (29/04/2025) E HORA DE EMISSÃO (09:00)

 ARLEI FIGUEIREDO  
 BORGES:019484563  
 03  
 ARLEI FIGUEIREDO BORGES  
 PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA - PI

14



## PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA - PI

 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
 2026

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	
Receita Total	59.983.570,80	67.850.000,00	13,1143%	74.163.983,95	9,306%	75.647.000,00	2,000%	76.403.470,00	1,000%	77.167.504,70	1,000%	
Receitas Primárias (I)	59.916.460,87	66.762.037,44	11,4252%	72.988.984,39	9,327%	74.448.764,08	2,000%	75.193.251,72	1,000%	75.945.184,24	1,000%	
Despesa Total	59.983.570,80	67.850.000,00	13,1143%	74.163.983,95	9,306%	75.647.000,00	2,000%	76.403.470,00	1,000%	77.167.504,70	1,000%	
Despesas Primárias (II)	59.729.643,79	67.258.090,39	12,6042%	71.600.826,76	6,457%	73.030.260,15	1,996%	73.760.562,75	1,000%	74.498.168,37	1,000%	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	186.817,08	(496.052,95)	-365,5287%	1.388.157,63	-379,841%	1.418.503,93	2,186%	1.432.688,97	1,000%	1.447.015,86	1,000%	
Divida Pública Consolidada (DC)	1.010.917,86	1.444.008,06	42,8413%	(583.789,62)	-140,428%	(2.071.653,31)	254,863%	(3.574.395,63)	72,538%	(3.610.139,59)	1,000%	
Divida Consolidada Líquida (DCL)	(917.877,42)	(484.787,22)	-47,1839%	(3.005.685,01)	520,001%	(5.049.709,08)	68,005%	(6.552.451,40)	29,759%	(6.617.975,92)	1,000%	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	245.876,84	(433.090,20)	-276,1411%	1.456.157,39	-436,225%	1.487.863,69	2,177%	1.502.742,32	1,000%	1.517.769,75	1,000%	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	
Receita Total	67.079.627,00	71.581.750,00	6,712%	74.163.983,95	3,607%	71.365.094,34	-3,774%	67.679.573,03	-5,164%	64.183.236,05	-5,166%	
Receitas Primárias (I)	67.004.578,19	70.433.949,50	5,118%	72.988.984,39	3,628%	70.234.683,09	-3,774%	66.607.539,83	-5,164%	63.166.584,24	-5,166%	
Despesa Total	67.079.627,00	71.581.750,00	6,712%	74.163.983,95	3,607%	71.365.094,34	-3,774%	67.679.573,03	-5,164%	64.183.236,05	-5,166%	
Despesas Primárias (II)	66.795.660,65	70.957.285,36	6,230%	71.600.826,76	0,907%	68.896.471,84	-3,777%	65.338.438,08	-5,164%	61.963.044,48	-5,166%	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	208.917,54	(523.335,86)	-350,499%	1.388.157,63	-365,252%	1.338.211,26	-3,598%	1.269.101,76	-5,164%	1.203.539,77	-5,166%	
Divida Pública Consolidada (DC)	1.130.509,44	1.523.428,50	34,756%	(583.789,62)	-138,321%	(1.954.389,91)	234,776%	(3.166.264,18)	62,008%	(3.002.694,49)	-5,166%	
Divida Consolidada Líquida (DCL)	(1.026.462,32)	(511.450,52)	-50,173%	(3.005.685,01)	487,679%	(4.763.876,49)	58,496%	(5.804.279,74)	21,839%	(5.504.429,77)	-5,166%	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	274.964,07	(456.910,16)	-266,171%	1.456.157,39	-418,697%	1.403.644,99	-3,606%	1.331.156,28	-5,164%	1.262.388,55	-5,166%	

FONTE: SISTEMA(MDF 14\*), FONTE: Balanço Consolidado 2022, 2023 e 2024, UNIDADE RESPONSÁVEL(SETOR CONTÁBIL), DATA DA EMISSÃO (29/04/2025) E HORA DE EMISSÃO (09:00)

 ARLEI FIGUEIREDO  
 BORGES:019484563  
 303  
 ARLEI FIGUEIREDO BORGES  
 PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA - PI

15



PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUEIA - PI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2026

AMF - Demonstrativo IV (LRF, Art 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL		#DIV/0!		0,000%		0,000%
RESERVAS	-	#DIV/0!		0,000%	-	0,000%
RESULTADO ACUMULADO		#DIV/0!	27.011.752,04	100,000%	19.042.742,21	100,000%
TOTAL	-	#DIV/0!	27.011.752,04	100,000%	19.042.742,21	100,000%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
PATRIMÔNIO	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
RESERVAS	-	#DIV/0!		#DIV/0!	-	#DIV/0!
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
TOTAL	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!

FONTE: SISTEMA(MDF 14\*), FONTE: Balanço Consolidado 2022, 2023 e 2024, UNIDADE RESPONSÁVEL(SETOR CONTÁBIL), DATA DA EMISSÃO (29/04/2025) E HORA DE EMISSÃO (09:00)

ARLEI FIGUEIREDO  
BORGES:01948456303  
ARLEI FIGUEIREDO  
PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUEIA - PI

16

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUEIA - PI



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2026

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024 (A)	2023 (B)	2022 (C)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Alienação de Bens Móveis	R\$ -		R\$ -
Alienação de Bens Imóveis	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Alienação de Bens Intangíveis	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Rendimentos de Aplicações Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS EXECUTADAS	2024 (D)	2023 (E)	2022 (F)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Investimentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Inversões Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Amortização da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Regime Geral de Previdência Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SALDO FINANCEIRO	2024 (g)=(Ia-Id)+IIIh	2023 (h)=(Ib-Ile)+IIIi	2022 (i)=(Ic-Ilf)
VALOR (III)	R\$ -	R\$ -	R\$ -

FONTE: SISTEMA(MDF 14\*), FONTE: Balanço Consolidado 2022, 2023 e 2024, UNIDADE RESPONSÁVEL(SETOR CONTÁBIL), DATA DA EMISSÃO (29/04/2025) E H

ARLEI FIGUEIREDO  
BORGES:01948456303  
ARLEI FIGUEIREDO BORGES  
PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUEIA - PI

17

## PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA - PI



### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2026

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2025	2026	2027	
Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos	Anistia	NÃO HOUVE				Elevação de alíquota do ISSQN em 2%
ISSQN	Remissão	NÃO HOUVE				Elevação de alíquota do ISSQN em 2%
ISSQN	Isenção	NÃO HOUVE				Instituição da Contribuição de Iluminação Pública
TOTAL			R\$ -	R\$ -	R\$ -	

FONTE: SISTEMA(MDF 14º), FONTE: Balanço Consolidado 2022, 2023 e 2024, UNIDADE RESPONSÁVEL(SETOR CONTÁBIL), DATA DA EMISSÃO (29/04/2025) E HORA DE EMISSÃO (09:00)

 Assinado digitalmente por ARLEI FIGUEIREDO BORGES:01948456303  
 303

 ARLEI FIGUEIREDO BORGES  
 PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA - PI

22

## PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA - PI



### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2026

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2026
Aumento Permanente da Receita	SEM MOVIMENTO
(-)Transferências Constitucionais	R\$ -
(-)Transferências ao Fundeb	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	#VALOR!
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III)=(I+II)	#VALOR!
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	R\$ -
Novas DOCC	R\$ -
Novas DOCC geradas por PPP	R\$ -
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	#VALOR!

FONTE: SISTEMA(MDF 14º), FONTE: Balanço Consolidado 2022, 2023 e 2024, UNIDADE RESPONSÁVEL(SETOR CONTÁBIL), DATA DA EMISSÃO (29/04/2025) E HORA DE EMISSÃO (09:00)

 Assinado digitalmente por ARLEI FIGUEIREDO BORGES:01948456303  
 3

 ARLEI FIGUEIREDO BORGES  
 PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA - PI

23



PREFEITURA DE REDENÇÃO-PI

CNPJ 06.554.380/0001-92

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

2026

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2024	2023	2022	
RECEITAS CORRENTES (I)	R\$ 5.220.721,55	R\$ 4.657.216,27	R\$ 3.721.040,96	
Receita de Contribuições dos Segurados	R\$ 1.651.803,04	R\$ 1.495.675,43	R\$ 1.359.344,76	
Ativo	R\$ 1.651.803,04	R\$ 1.495.675,43	R\$ 1.359.344,76	
Inativo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Pensionista	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Receita de Contribuições Patronais	R\$ 2.176.093,55	R\$ 1.790.837,82	R\$ 1.860.076,88	
Ativo	R\$ 2.176.093,55	R\$ 1.790.837,82	R\$ 1.860.076,88	
Inativo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Pensionista	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Receita Patrimonial	R\$ 1.068.838,44	R\$ 1.059.281,57	R\$ 0,05	
Receitas Imobiliárias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Receitas de Valores Mobiliários	R\$ 1.068.838,44	R\$ 1.059.281,57	R\$ 0,05	
Outras Receitas Patrimoniais	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Receita de Serviços	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Outras Receitas Correntes	R\$ 323.986,52	R\$ 311.421,45	R\$ 501.619,27	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	R\$ 323.986,52	R\$ 311.421,45	R\$ 470.789,16	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Demais Receitas Correntes	R\$ -	R\$ -	R\$ 30.830,11	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Amortização de Empréstimos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Outras Receitas de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
TOTAL DAS RECEITAS FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	R\$ 5.220.721,55	R\$ 4.657.216,27	R\$ 3.721.040,96	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2024	2023	2022	
Benefícios	R\$ 2.165.640,06	R\$ 1.542.903,08	R\$ 1.157.097,37	
Aposentadorias	R\$ 2.098.568,51	R\$ 1.470.422,42	R\$ 1.118.975,13	
Pensões por morte	R\$ 67.071,55	R\$ 72.480,66	R\$ 38.122,24	
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	2.165.640,06	1.542.903,08	1.157.097,37	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)	3.055.081,49	3.114.313,19	2.563.943,59	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2024	2023	2022	
VALOR	-	-	-	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2024	2023	2022	
VALOR	R\$ 1.284.000,00	R\$ 998.000,00	R\$ 998.000,00	
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2024	2023	2022	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-	-	-	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-	
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-	
BENS E DIREITOS DO RPPS	2024	2023	2022	
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 4.592.073,04	R\$ 1.120,37	R\$ 71.254,51	
Investimentos e Aplicações	R\$ 12.280.883,41	R\$ 14.416.711,16	R\$ 10.789.224,35	
Outro Bens e Direitos	R\$ 30.104.752,72	R\$ 389.084,01	R\$ 370.720,93	
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2024	2023	2022	
RECEITAS CORRENTES (I)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Receita de Contribuições dos Segurados	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Ativo	-	-	-	
Inativo	-	-	-	
Pensionista	-	-	-	
Receita de Contribuições Patronais	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Ativo	-	-	-	
Inativo	-	-	-	
Pensionista	-	-	-	
Receita Patrimonial	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Receitas Imobiliárias	-	-	-	
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	
Receita de Serviços	-	-	-	
Outras Receitas Correntes	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹	-	-	-	
Demais Receitas Correntes	-	-	-	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Amortização de Empréstimos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Outras Receitas de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
TOTAL DAS RECEITAS FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2024	2023	2022	
Benefícios	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Aposentadorias	-	-	-	
Pensões por morte	-	-	-	
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	-	-	-	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)	-	-	-	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2024	2023	2022	
VALOR	-	-	-	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2024	2023	2022	
VALOR	-	-	-	
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2024	2023	2022	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-	-	-	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-	
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-	
BENS E DIREITOS DO RPPS	2024	2023	2022	
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 129,14	R\$ 8.853,99	R\$ 20.400,11	
Investimentos e Aplicações	R\$ 316.236,84	R\$ 214.150,98	R\$ 83.305,14	
Outro Bens e Direitos	R\$ 139.172,22	R\$ 106.825,27	R\$ 52.093,16	
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO	2024	2023	2022	
Contribuições dos Servidores	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Demais Receitas Previdenciárias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO	2024	2023	2022	
Anosentadorias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Pensões	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Outras Despesas Previdenciárias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII) - (XVIII)	R\$ -	R\$ -	R\$ -	

FONTE: Sistema Fiorili, Unidade Responsável: Fundo Previdenciário.

SUELI PESSOA LOPES  
CPF: 769.625.523-04  
CRC Nº 6381/O-5

CONTADOR(A)

GESTOR

ARLEI FIGUEIREDO  
BORGES:01948456303

Assinado digitalmente por ARLEI FIGUEIREDO BORGES:01948456303  
Data: 2025.12.28 13:02:43-0300  
Certificado: Siquilante Murtipo, CN=ARLEI FIGUEIREDO BORGES:01948456303  
Endereço: Rua 15 de Novembro, 1500 - Centro, Teresina - PI, 63011-900  
E-mail: arlei@redencao-pi.gov.br

REDENÇÃO DO GURGUÊIA - PI

LDO 2026